

## PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO PARANÁ: PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Sandro Luis Laroca\*  
Carlos Alberto Marçal Gonzaga\*\*

**RESUMO:** Este artigo é resultado de estudo realizado no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade Estadual do Centro–Oeste, Paraná, na modalidade voluntária. A pesquisa foi executada como parte de um projeto proposto e financiado nacionalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado “Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs”. O objetivo do artigo é apresentar análise do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, do Estado do Paraná, com foco na Política de Turismo. A metodologia utilizada foi qualitativa e descritiva, cujos resultados foram obtidos por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Na conclusão se apresenta que a Política de Turismo estadual, sintetizada no Programa “Desenvolvimento Sustentável do Turismo”, mostra-se coerente com os preceitos teóricos sobre desenvolvimento sustentável do turismo e planejamento governamental. Comparando-se os orçamentos de outras áreas, a previsão plurianual para o Turismo identifica seu caráter não prioritário no planejamento governamental, ainda que seja condizente com as iniciativas planejadas.

**PALAVRAS–CHAVE:** Gestão Pública; Paraná; Planejamento Governamental; Plano Plurianual; Política Pública.

## GOVERNMENT PLANNING IN THE STATE OF PARANÁ, BRAZIL: PRIORITIES IN TOURISM PUBLIC POLICIES

**ABSTRACT:** Current analysis has been undertaken within the Institutional Program in Scientific Initiation (PROIC) of the Universidade Estadual do Centro–Oeste in the state of Paraná, Brazil. Research is a section of the project proposed and financed by the Institute for Applied Economic research (IPEA) called “Government Planning and Management within the State: A Comparative Analysis of Processes, Contents and Systems of the Pluri–Annual Plans” and aims at investigating the Pluri–Annual Plan (2012–2015) of the state of Paraná, Brazil, with special reference to Tourism policy. The qualitative and descriptive methodology provided a bibliographical review and documental analysis. Results show that the Tourism policy of the state, synthesized in the Program “Sustainable Development of Tourism”, was coherent with the technical principles on the sustainable development of tourism and government planning. When the budget of other areas were compared, the pluri–annual forecast for Tourism identified it as a non–priority element in government planning, although coherent to the planned initiatives.

**KEYWORDS:** Public Administration; Paraná; Government Planning; Pluri–annual Plan; Public Policy.

### INTRODUÇÃO

O atual debate sobre o papel do Estado e seus instrumentos de governança invoca rumos para a representação do interesse coletivo e a normatização baseada na ação coletiva. Destaca-se a importância

da capacidade de atuação do Estado por meio de burocracias sólidas e profissionalizadas. Além disto, destaca-se, também, as dimensões política e social na gestão pública. Este processo coloca como prioridade, na agenda pública, a questão do planejamento.

\* Discente de Administração Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); Participante do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); E–mail: sandroluislaroca@hotmail.com

\*\* Doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Docente Adjunto da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); orientador do Programa de Iniciação Científica, Docente do Programa de Pós–Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário

A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) como um instrumento central para a função de planejamento governamental em nível federal (BRASIL, 1988). O PPA se caracteriza como documento que abrange um lapso temporal de quatro anos e que está diretamente ligado aos instrumentos legais do orçamento: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com Cardoso Jr. (2011b), a junção do PPA e do Orçamento reflete a conexão entre plano e orçamento.

No Estado do Paraná, o PPA foi estabelecido pela Constituição Estadual de 1989, Art. 133. (PARANÁ, 1989) O PPA, a LDO e a LOA são definidos por leis de iniciativa do Poder Executivo e submetidos à aprovação do Poder Legislativo. O PPA 2012–2015 foi promulgado pela Lei Estadual 17.013/2011 (PARANÁ, 2011a).

O PPA é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, organizado com enumeração de programas públicos, com referência regionalizada, que é elaborado para estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Seu objetivo, conforme explicitado no Manual de Elaboração do PPA, publicado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, é organizar a ação de governo, orientar taticamente a gestão e indicar os meios com os quais as políticas públicas podem ser implementadas (PARANÁ, 2011b).

O PPA, ao apontar as prioridades governamentais para um prazo de quatro anos, estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada. Com base no PPA são elaboradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA): a primeira com as prioridades e metas anuais e a segunda com a programação orçamentária anual. O PPA, portanto, constitui-se no instrumento central de planejamento dos objetivos, programas e gastos governamentais.

Devido à importância em ordenar e controlar as atividades governamentais, o PPA constitui-se em objeto de estudo capaz de proporcionar indicações valiosas acerca da capacidade estatal de planejamento e gestão, tendo em perspectiva a promoção do desenvolvimento e a melhoria do bem-estar social. Nessa

ótica, a presente pesquisa se propõe a promover uma análise do PPA do Estado do Paraná, para o período 2012–2015, com foco no planejamento de Turismo.

No presente artigo dispõe-se, primeiramente, sobre os aportes teóricos acerca de gestão pública, planejamento governamental e políticas públicas. Em seguida, apresenta-se uma breve contextualização das ferramentas contemporâneas de planejamento focado na atividade turística. Por fim, apresenta-se uma análise sobre o conteúdo do PPA 2012–2015, com foco na Política Estadual de Turismo.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa empreendida é descritiva com abordagem qualitativa. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental.

A pesquisa descritiva objetiva descrever as características de um determinado objeto de pesquisa, seguindo-se pela análise e interpretação dos fatos (GIL, 2009).

A pesquisa qualitativa, de acordo com Flick (2004), pode conduzir à obtenção de maior reflexão, pois a análise qualitativa utiliza-se de várias abordagens teóricas, cujos métodos auxiliam a expansão das discussões. Na abordagem qualitativa a subjetividade do pesquisador pode exercer influência nos resultados.

A pesquisa bibliográfica se desenvolve com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2009). Tal técnica permite maior cobertura dos fenômenos e auxilia na clareza dos resultados.

Para alcançar os objetivos propostos foram explorados os conteúdos bibliográficos e documentais recentes acerca do tema da pesquisa. O principal documento consultado foi o Plano Plurianual 2012–2015 (Lei Estadual 17.013/2011), com o intuito de identificar as políticas públicas e os programas de governo nos quais se desdobram. A análise desse documento foi direcionada para a identificação do grau de importância atribuído a cada área das políticas públicas, tomando por base as previsões orçamentárias plurianuais para os Programas de Governo específicos para

cada área. Por fim, dentre os 21 (vinte e um) programas finalísticos do PPA 2012–2015 do Estado do Paraná, procedeu-se análise específica do Programa “Desenvolvimento Sustentável do Turismo”, que congrega as principais ações e iniciativas planejadas para execução da Política Estadual de Turismo.

### 3 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O sentido geral da visão sobre o que é planejamento leva a diversas concepções que vão desde o ato de ordenar as ações em curto prazo, até a elaboração de estratégias em longo prazo, e que tem por finalidade responder um objetivo em comum. Assim, de acordo com Padilha (2001), o intuito de planejar é responder a um problema, preestabelecendo objetivos e metas e prevendo as possíveis interferências que possam ocorrer durante todo o processo.

De acordo com Hall (2004), o planejamento é uma forma de ordenar as ações para conduzir a um processo racional de elaboração de políticas e decisões interdependentes. O planejamento depende muito do que se pretende alcançar, e sua configuração pode ser estabelecida, conforme classificação de Petrocchi (2002), baseada em uma variedade de fatores: temporal, geográfico, econômico, administrativo, agregativo e intencional.

No que tange ao aspecto temporal pode ser classificado em curto prazo, médio prazo ou longo prazo. O fator geográfico pode ser delineado para questões acerca do mundo, do continente, da nação, do estado, da região ou do município, dividido em rural e urbano. O fator econômico divide-se em macroeconômico e microeconômico. Administrativamente, divide-se em público (normativo) e privado (indicativo). Quanto ao fator agregativo, divide-se em global, setorial ou local. Quanto à intenção, pode ser estratégico, tático ou operacional.

O planejamento governamental, deste modo, pode caracterizar-se através destes distintos aspectos, alguns inter-relacionados, tendo em vista a bus-

ca do bem comum para a sociedade. Outra finalidade deste tipo de planejamento é organizar as atividades administrativas de um governo, para que não ocorram empecilhos durante um mandato e que a eficácia prevaleça.

No entanto, conforme observação de Santos (2011), o planejamento governamental sempre está associado aos conceitos de espaço público, ou seja, precisam ser considerados os conceitos de poder, legitimidade, conflito, política, hegemonia, ideologia, porque o foco deve estar no papel do Estado e em suas relações com a sociedade civil e a esfera pública. Considerando que o Estado se constitui em objeto privilegiado de conflitos, em função de sua concentração do poder de normatizar, regular, classificar e distribuir direitos, as escolhas do planejamento público o tornam um dos principais objetos de disputa pelo controle do Estado. Dessa forma, Santos (2011, p. 310) conceitua o planejamento governamental como a “ação que antecede e condiciona a ação do Estado de modo a viabilizar as escolhas políticas”.

Para Cardoso Jr. (2011a), planejamento governamental e política pública são expressões com conceitos teóricos distintos, porém análogos no que se refere às responsabilidades e compromissos governamentais. Por isso, na gestão pública apresenta-se a necessidade de que os diferentes e diversos interesses das camadas desiguais da sociedade sejam pautados em suas distinções. Por constituir-se em ferramenta essencial para o caminhar harmônico do sistema de gestão pública, o planejamento governamental deve apresentar metas quantitativas e qualitativas, objetivos e ações que englobem questões sociais, econômicas e políticas. A desarticulação entre planejamento e gestão afeta toda a conjuntura governativa e pode tomar rumos diferentes daqueles pretendidos dentro de um plano de governo. Podem ocorrer empecilhos nas esferas do governo e, conseqüentemente, prejuízos à sociedade. De acordo com Cardoso Jr. (2011a, p. 12):

[...] planejamento é atividade altamente intensiva em gestão, daí que planejamento sem gestão adequada é processo especialmente sujeito a fracassos e descontinui-

dades de várias ordens, [...] planejamento deslocado da gestão corre o risco de tornar-se um conjunto de estudos, diagnósticos e proposições de objetivos sem eficácia instrumental, atividade incapaz de mobilizar os recursos necessários de forma racional, na direção pretendida pelo plano.

A concepção de gestão, de acordo com Carneiro e Menicucci (2011), aproxima-se do conceito de política, não possuindo a visão centrada em apenas administrar o Estado, ou cuidar de questões econômicas. Logo, o conceito de política pública circunda todos os interesses de uma sociedade, independentemente da classe social ou da área de atuação. Atualmente, o planejamento difere dos documentos elaborados em épocas passadas, que eram pautados, sobretudo, nas questões economicistas.

O conceito de políticas públicas é apresentado por Teixeira (2002, p. 2) como sendo “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Ou seja, são as intervenções que o Estado faz sobre a sociedade em busca de um bem comum, entretanto, com as alternativas vistas como necessárias a partir de ideologias de um governante.

Em abordagem sobre a história do planejamento público no Brasil, Cardoso Jr. (2011a) apresenta a conjuntura periódica do planejamento governamental e

da gestão pública entre 1889 e 2010, que se relacionam diretamente com os ciclos econômicos e políticos da época, mostrada no Quadro 1. Visualizando os períodos especificados pelo autor, observam-se distintos ciclos políticos que são característicos de um tipo de governo.

O planejamento governamental, em contextualização histórica, passou por diversas dimensões, desde a falta de planejamento no início do Estado republicano, em meio a alguns ciclos que fracassaram, ou não foram necessariamente condizentes com o desenvolvimento e crescimento nacional, até o estabelecimento dos Planos Plurianuais pela Constituição de 1988.

Com base na análise histórica, Cardoso Jr. (2011a) propõe que seja focado um plano de desenvolvimento ou política de desenvolvimento, que consistiria na elaboração de um planejamento onde se contemplem metas quantitativas e qualitativas, objetivos e ações que abranjam questões sociais, econômicas e políticas. Ou seja, o planejamento governamental deve apresentar preocupações que extrapolem a esfera meramente econômica do Estado, para contemplar todas as suas dimensões político-sociais, com detalhamento das informações sobre as atividades e os custos previstos durante um mandato. De acordo com Lima e Castro (2007), esses documentos devem conter as informações acerca de políticas, programas (metas físicas e monetárias), que ensejam contribuir para o controle gerencial.

**Quadro 1.** Periodização para o estudo conjunto do planejamento governamental e da gestão pública no Brasil – 1889–2010 (resumido)

(CONTINUA)

Ciclos econômicos e políticos	Dimensões do planejamento governamental	Dimensões da gestão pública
1889–1930 Primeira República – desenvolvimento para fora	Ausência de planejamento: – Convênio de Taubaté – Crise de 1929	Patrimonialista
1933–1955 Era Getúlio Vargas – nacional-desenvolvimentismo	Planejamento não sistêmico: – primeiras estatais – Plano Salte	Patrimonial-burocrática – DASP (1938)
1956–1964 Era Juscelino Kubitschek – internacionalização econômica	Planejamento discricionário: – pensamento cepalino – ideologia desenvolvimentista – Plano de Metas (1956–1961)	Patrimonial Burocrática

(conclusão)

1964–1979 Regime Militar – crescimento com piora distributiva	Planejamento burocrático–autoritário: – Escola Superior de Guerra (ESG): ideologia “Brasil potência” – PAEG (1964–1967) – II PND (1974–1979)	Patrimonial Burocrática – PAEG (1967)
1980–1989 Redemocratização – crise do desenvolvimento	Planos de estabilização: – Plano Cruzado (1986) – Plano Bresser (1987) – Plano Verão (1988) – Plano Maílson (1989)	Patrimonial Burocrática – CF (1988)
1990–2010 Consolidação democrática – reformas estruturais	Planos de estabilização: – Plano Collor (1990) – Plano Real (1994) – Planos Plurianuais (PPAs) (2000–2011)	Patrimonial–burocrática Gerencialista Societal

Fonte: Cardoso JR. (2011a, p. 13).

Conforme observa Garcia (2000), a partir da análise do contexto histórico, a gestão pública e o planejamento governamental eram termos tratados separadamente, de modo que a elaboração do primeiro PPA, em 1988, ou de outros documentos de planejamento do Século XX, receberam um viés economicista, moldado ao estilo de um plano orçamentário, em que somente os valores das despesas e receitas são especificados. Devido a isto, os planos eram privados de outras variáveis essenciais ao desenvolvimento sustentável.

#### 4 O PPA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO PARA A POLÍTICA DE TURISMO NO PARANÁ

O turismo tornou-se uma atividade econômica e socialmente importante em nível mundial em razão do impacto que promove sobre os locais em que ocorre e na vida das pessoas. Por isso, um dos grandes desafios do planejamento da política de turismo refere-se ao desenvolvimento sustentável (HALL, 2004). Portanto, o desenvolvimento do turismo necessita considerar a conservação ambiental e cultural equilibrada com os objetivos econômicos e a justiça social.

De acordo com esta compreensão, a sustentabilidade é um aspecto fundamental no planejamento do turismo, no qual a melhoria da qualidade de vida das comunidades deve constituir em principal objetivo. Com esse entendimento, Hall (2004)

ênfatisa a necessidade de que os conceitos de “bens públicos” e de “interesse público” sejam centrais nas políticas de turismo. Para ele, os governos possuem um papel fundamental nos processos econômicos, políticos e sociais, e sintetiza em sete as formas como o Estado pode atuar no turismo: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimento, incentivos, responsabilidade social e proteção do interesse público.

No Paraná, as diretrizes políticas do governo apresentam o turismo como uma atividade importante para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Busca-se em meio a esta perspectiva a dimensão social, cultural, ambiental e econômica que este proporciona, por exemplo, a inclusão social e no mercado de trabalho dos residentes e a sua contribuição na preservação de lugares ecológicos e/ou históricos.

Não há turismo sem planejamento, e não há turismo sem políticas públicas. Para um desenvolvimento harmônico da atividade turística, há necessidade que esta esteja pautada dentro das políticas nacionais e setoriais, bem como sejam traçadas finalidades para alcançar os objetivos propostos, partindo, deste modo, de um planejamento, visando à congruência para todos os envolvidos com a cadeia produtiva do turismo e, principalmente, às premências da sociedade.

O PPA 2012–2015, referente às ações que serão aplicadas neste espaço de tempo dentro do território do Paraná, é composto de 21 (vinte e um) programas finalísticos, de 4 (quatro) programas meio (programas

de gestão, manutenção e serviços ao Estado), além das obrigações especiais. Um dos programas finalísticos remete-se ao desenvolvimento sustentável do turismo, que visiona “com foco nas pessoas físicas e jurídicas e nos municípios organizados em região”, sob a perspectiva de geração de emprego e renda para os paranaenses, do mesmo modo, em qualificar a recepção para que possa atrair novos visitantes para o Estado (PARANÁ, 2011a, Anexo I, p. 43).

O PPA exhibe as iniciativas, caracterizando-as e detalhando os orçamentos. O Programa nº 5 do PPA, “Desenvolvimento Sustentável do Turismo”, designa as seguintes iniciativas e respectivos recursos orçamentários para a política de turismo no Estado do Paraná, no quadriênio 2012–2015 (vide Quadro 2).

**Quadro 2.** Iniciativas do Programa “Desenvolvimento Sustentável do Turismo”

(Continua)

Iniciativa	Caracterização	Recursos (R\$ 1,00)
Promoção de Investimento no Turismo	Prospectar e implementar recursos oriundos de fontes externas ao orçamento do Estado, visando apoiar o desenvolvimento do turismo no Paraná.	726.322
Gestão Estratégica do Turismo	Desempenhar de forma inovadora a Gestão Estratégica do Turismo visando à construção do Pacto Paraná pelo turismo, por meio da projeção do Estado no cenário turístico nacional e internacional – participando com representatividade e protagonismo; da organização do turismo estadual em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Turismo – fortalecendo a regionalização do turismo e a gestão municipal; além da produção e disseminação de dados e estudos que apresentem o DNA Turístico e o impacto da atividade na economia paranaense; e da estruturação e articulação para execução de projetos estratégicos que são transversais para o Sistema de Gestão da SETU e capazes de reposicionar o turismo do Paraná de forma competitiva, assim como fomentar ações de educação e qualificação para o turismo.	7.626.385

(conclusão)

Turismo em Áreas Naturais	Desenvolver o turismo náutico no Estado com ações que permitam o transporte aquaviário, a qualificação de marinas e barqueiros, a criação de infraestrutura náutica pública, a diversificação dos produtos turísticos náuticos e a sua promoção (Navega Paraná). Desenvolver o turismo em áreas de preservação ou de seu entorno, com ações para a criação e adequação de produtos turísticos, diagnóstico de atrativos turísticos, a projeção de infraestrutura, a sensibilização das comunidades e promoção (entorno do Parque Iguaçu, FLONA Assungui, AIERI do Iguaçu). Desenvolver e fortalecer o Turismo Rural no Estado com qualificação de produtores, diagnóstico do potencial turístico rural e proposição de novos produtos turísticos.	7.127.037
Destinos Turísticos	Assessorar e propor instrumentos e ações para estruturação, ampliação, diversificação e qualificação de destinos e produtos turísticos.	5.220.442
Marketing Turístico	Promover o Paraná como um destino turístico diferenciado e de qualidade, posicionando a Marca Paraná no mercado.	10.885.756
<i>Total Orçamento para 2012–2015</i>		<b>31.585.942</b>

Fonte: PARANÁ, 2011a, p. 45–48.

O conteúdo do PPA–PR 2012–2015 apresenta um único programa explícito sobre as propostas e o orçamento destinado ao turismo. Trata-se do Programa nº 5, intitulado “Desenvolvimento Sustentável do Turismo”, cujas metas são atingir 124.838 empregos formais no segmento turístico em 2014 e alcançar 18.764 estabelecimentos do ramo do turismo em 2014. A partir disso, são elaborados os eixos estratégicos de atuação para que sejam auferidas essas metas (que se apresentam no capítulo seguinte), contíguos a monitoramentos e avaliações pré–estabelecidas para que o turismo seja atividade econômica de destaque futuramente.

As propostas constantes no PPA para alcançar os objetivos deste programa finalístico foram assim

delimitadas: atuar no turismo nacional e internacional; cadastrar e fiscalizar empreendimentos e prestadores de serviços turísticos; captar investimentos para o turismo; coletar e disseminar dados e estudos turísticos; desenvolver o turismo cultural, religioso e social; desenvolver o turismo em áreas naturais – turismo rural, náutico, ecoturismo, aventura; desenvolver práticas educativas no turismo; elaborar projetos de programas estruturantes; estruturar a oferta turística; estruturar os projetos estratégicos; fortalecer a marca Paraná; planejar e organizar o turismo estadual; e qualificar profissionais para o turismo (PARANÁ, 2011a, Anexo I, p. 44).

Cada eixo e programa, descrito no Quadro 2, possui um objetivo que se busca alcançar no final desta gestão governamental. Diante disso, os eixos supracitados têm os seguintes objetivos:

- **Gestão Estratégica do Turismo:** “desempenhar de forma inovadora a gestão estratégica do turismo estadual”;
- **Promoção e Investimentos no Turismo:** “prospectar recursos oriundos de fontes externas ao orçamento do Estado”;
- **Educação para o Turismo e Gestão de Hospitalidade:** “fomentar ações de educação para o Turismo que contribuam para a excelência da hospitalidade”;
- **Destinos Turísticos:** “assessorar e propor instrumentos e ações para estruturação, ampliação, diversificação e qualificação de destinos e produtos turísticos no Paraná”;
- **Marketing Turístico:** “promover o Paraná como um destino turístico diferenciado e de qualidade, posicionando a marca Paraná no mercado”.

Esses eixos são fundamentalmente voltados para o desenvolvimento do turismo no Estado do Paraná, os quais a SETU considerou como as áreas de atuação realmente necessárias para a consecução dos objetivos traçados para a atividade no Estado neste período. Entretanto, além destas atividades, que

atingem diretamente a sociedade, o departamento traça um eixo gerencial, tendo em vista organizar tal secretaria, com foco no gerenciamento e no monitoramento das políticas públicas para o turismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o orçamento destinado ao turismo não pode ser equivalente ao de outros setores que, certamente, necessitam de maiores recursos como, por exemplo, a saúde, a educação e a segurança. No entanto, o PPA 2012–2015 do Estado do Paraná demonstra coerência no que se refere ao desenvolvimento sustentável do turismo no Estado e está condizente com os preceitos teóricos encontrados na literatura sobre a política setorial de turismo e sobre planejamento governamental. O orçamento destinado ao turismo afigura-se condizente com as necessidades das ações propostas, tendo em vista a comparação com as divisas fixadas para outros setores. Ademais, saliente-se que o setor de turismo também se encontra contemplado em iniciativas de outros programas propostos no PPA 2012–2015, mesmo o orçamento não sendo diretamente direcionado ao turismo (ou à SETU). Por exemplo, o PAC de Mobilidade para a Copa de 2014 (inserido no Programa Finalístico “Desenvolvimento das Cidades”), a Infraestrutura das Unidades de Conservação (pautado no Programa Finalístico “Paraná Sustentável”) e a Integração Cultural (inserido no Programa Finalístico “Paraná tem Cultura”).

Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo referem-se a um recorte metodológico do objeto investigado, o PPA 2012–2015 do Estado, que constituiu a inserção de um projeto de pesquisa para a Iniciação Científica no âmbito de um projeto mais amplo. Os resultados apresentados limitam-se a uma análise qualitativa de objeto com natureza intrinsecamente quantitativa, porquanto serve de base para as leis orçamentárias. Outra característica desta pesquisa é a análise do PPA 2012–2015 sem referenciamento histórico em relação aos PPAs anteriores, de modo que

a análise da Política de Turismo foi feita apenas em relação às demais políticas do mesmo Plano.

Reconhecendo os limites intrínsecos da análise empreendida, vislumbra-se a possibilidade de que a pesquisa possa ser ampliada tanto para o âmbito quantitativo, quanto para o âmbito da análise da evolução histórica das políticas setoriais com base na forma como são expressas nos PPAs. Além disto, à medida que o prazo de execução do PPA analisado se exaure, abre-se a possibilidade de analisar a execução, ou não, do que foi planejado e as condições de execução.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

CARDOSO JR, J. C. (Org.). **Areinvenção do planejamento no Brasil**: diálogos para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011a. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dialogosdesenvol04.pdf](https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf)>. Acesso em: out. 2012.

CARDOSO JR, J. C. (Org.). **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado. Brasília: IPEA, 2011b. (Texto para Discussão 1584). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1584.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1584.pdf)>. Acesso em: set. 2012.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. **Gestão pública no Século XXI**: as reformas pendentes. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para Discussão 1686). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1686.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1686.pdf)>. Acesso em: ago. 2012.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GARCIA, R. C. **A reorganização do processo de planejamento do governo federal**: o PPA 2000–

2003. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão 726). Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2334/1/TD\\_726.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2334/1/TD_726.pdf)>. Acesso em: ago. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2004.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios. (Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2007.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político–pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná, de 05 de outubro de 1989. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 3116, 05 de outubro de 1989.

PARANÁ. Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011. Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, n. 8609, Curitiba, 14 de dezembro de 2011a.

PARANÁ. **Elaboração do Plano Plurianual 2012–2015**: orientações gerais. Curitiba: SEPL/CMA, 2011b.

PETROCCHI, M. **Planejamento e gestão do turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

SANTOS, E. A. V. O confronto entre o planejamento governamental e o PPA. In: CARDOSO JR, J. C. (Org.) **A reinvenção do planejamento no Brasil**: diálogos para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011. (p. 307–336). Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dialogosdesenvol04.pdf](https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf)>. Acesso em: out. 2012.

TEIXEIRA, E. L. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR–BA, 2002. Disponível em:

<[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: nov. 2012.

*Recebido em: 24 de julho de 2014*

*Aceito em: 16 de janeiro de 2015*